



PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS - CONSELHEIRO 0006598-14.2011.2.00.0000

Requerente: Sindicato dos Servidores da Justiça Federal do Paraná - Sinjuspar

Requerido: Juízo da Direção do Foro da Justiça Federal da Seção Judiciária de Curitiba - Pr

Advogado(s): PR037286 - Rodrigo de Jesus Casagrande (REQUERENTE)

EMENTA. RECURSO ADMINISTRATIVO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA QUE DETERMINOU O ENCAMINHAMENTO DA INICIAL AO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL PARA ANÁLISE (precedentes)

1. Cabe ao Conselho Nacional de Justiça, como forma de promover a autonomia do Poder Judiciário nos mais variados ramos de Justiça, reconhecer a competência originária do Conselho da Justiça Federal, prevista no art. 105, parágrafo único, II, da Constituição, de supervisão administrativa e orçamentária da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, como órgão central desse microssistema judicial, preservando a sua própria competência administrativa para os casos de repercussão nacional e que envolvam questões de relevância estratégica para o Poder Judiciário como um todo, salvo quando verificada omissão da instância primária ou, então, não enseje, desde logo, a apreciação da matéria pelo CNJ. (Precedentes do CNJ).

2. Recurso Administrativo que se conhece e a que se nega provimento.

1. RELATÓRIO

O SINDICATO DOS AGENTES PÚBLICOS FEDERAIS DO PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO E DOS ÓRGÃOS QUE CONGREGAM AS FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA FEDERAL E COMUM E ESPECIALIZADA NO ESTADO DO PARANÁ – SINJUSPAR interpôs RECURSO ADMINISTRATIVO em face da decisão monocrática proferida nestes autos, que possui o seguinte teor:

O SINDICATO DOS AGENTES PÚBLICO FEDERAIS DO PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO E DOS ÓRGÃOS QUE CONGREGAM AS FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA FEDERAL COMUM E ESPECIALIZADA NO ESTADO DO PARANÁ – SINJUSPAR, vem ao CNJ interpor PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS em face do DIRETOR DO FORO DA JUSTIÇA FEDERAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ, pelas razões a seguir expostas.

Alega que tem havido **omissão** do Diretor do Foro da Justiça Federal da Seção Judiciária do Paraná, quanto à forma de fiscalização do cumprimento das penas pelos Oficiais de Justiça. Informa que os oficiais de justiça estão sendo compelidos a efetuar não somente a fiscalização da pena, mas também auxiliar na própria recuperação dos apenados/egressos.

Entende que tais atribuições não são inerentes ao cargo dos oficiais de justiça, pois não há previsão legal para tanto. Ademais, informam que muitas oficiais de justiça são mulheres, gerando riscos desnecessários em razão do local, horário (muitas vezes entre 23h e 06h e nos fins de semana) ou condição em que a servidora está exposta.

Defende que tal atribuição é dos servidores da Polícia Federal, que estão vinculados ao Ministério da Justiça.

Relembra que a lei 11.416/06 estruturou a carreira dos servidores do Poder Judiciário da União, por cargos e área de atividade. Pela lei, os Oficiais de Justiça Avaliador Federal são analistas judiciários, que têm atribuições relacionados a execução de mandados e atos processuais de natureza externa, para fins de identificação funcional. A lei, entretanto, não faz referência à 'fiscalização de cumprimento da pena' e 'avaliação de condutas dos egressos' pelos oficiais de justiça.

Ao mesmo tempo, o Decreto 6061/07 prevê a finalidade da Polícia Federal, que deve exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União. Por ser órgão vinculado ao Ministério da Justiça, cabe a ele a organização, administração e estruturação da Política Criminal no país, por força do disposto no art. 144 da CF e da lei 10.686/03.

Argumenta ainda que a Resolução 212/99 do Conselho da Justiça Federal, posteriormente alterada pela Resolução 299/2002 do mesmo Conselho, encarregou-se de regulamentar os cargos dos servidores públicos previstos na Lei 11.416/06, e não prevê as atividades que os oficiais estão hoje a cumprir no Estado do Paraná.

Por esta razão, requer que seja suprida a omissão do juiz diretor do foro da Seção Judiciária do Paraná, que não tem tomado as medidas adequadas para evitar o que foi relatado na inicial.

Ao final, requer a edição de orientação ao exercício da função dos oficiais, em conformidade com as funções descritas na Resolução 212/09.

Procedimento de Controle Administrativo. Controle Administrativo. Justiça Federal. Remoção e nomeação de servidores. **Competência originária do Conselho da Justiça Federal - CJF.** (art. 105, parágrafo único, II, da Constituição). Conselho Nacional de Justiça - CNJ. Órgão de Cúpula. **Competência concorrente.** Provimento negado. 1) Cabe ao Conselho Nacional de Justiça, como forma de promover a autonomia do Poder Judiciário nos mais variados ramos de Justiça, **reconhecer a competência originária do Conselho da Justiça Federal, prevista no art. 105, parágrafo único, II, da Constituição, de supervisão administrativa e orçamentária da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, como órgão central desse**

microssistema judicial, o que compreende o Controle da Legalidade de Atos Administrativos de gestão de pessoas praticados por Tribunal Regional Federal, preservando a sua própria competência administrativa para os casos de repercussão nacional e que envolvam questões de relevância estratégica para o Poder Judiciário como um todo, salvo quando verificada omissão da instância primária ou, então, não enseje, desde logo, a apreciação da matéria pelo CNJ. (Precedentes do CNJ). 2) Recurso Administrativo que se conhece, para, no mérito, negar-lhe provimento. (CNJ – PCA 0007433-70.2009.2.00.0000 – Rel. Cons. Walter Nunes da Silva Júnior – 105ª Sessão – j. 18/05/2010 – DJ - e nº 91/2010 em 20/05/2010 p. 09).

Procedimento de Controle Administrativo. Recurso Administrativo. Decisão monocrática que extinguiu o processo. Improvimento do recurso. 1) Conquanto este Conselho seja o Órgão supremo de controle externo da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário, **dentre as atribuições conferidas pela CF/88 ao Conselho da Justiça Federal está a supervisão e fiscalização de serviços de recursos humanos de primeiro e segundo graus da Justiça Federal**. 2) Se o Procedimento Administrativo busca apurar desvios de função de Técnico Judiciário – Área Administrativa – Especialidade Segurança e Transporte, a necessidade de contratação de novos concursados e conseqüente proibição de prestação de serviços de vigilância patrimonial terceirizada nas Varas Federais localizadas no Estado do Rio Grande do Norte, por conveniência, **deve ele ser enviado ao Conselho da Justiça Federal, com fundamento no art. 96 do RICNJ**. 3) Recurso Administrativo a que se nega provimento. (CNJ – PCA 200910000027490 – Rel. Cons. Leomar Barros Amorim de Sousa – 101ª Sessão – j. 23/03/2010 – DJ - e nº 56/2010 em 25/03/2010 p. 11/12).

Por esta razão, entendo ser conveniente e prudente encaminhar cópias destes autos ao Conselho da Justiça Federal, para apuração do relatado, determinando o arquivamento liminar do feito.

Alega que a decisão precisa ser reconsiderada, pois a existência do CJF não afasta a competência do CNJ para apreciar a matéria, principalmente quando verificada a omissão da instância primária.

Em seguida, reitera os argumentos tecidos na inicial.

É o relatório.

2. FUNDAMENTAÇÃO

2.1 CONHECIMENTO

O recurso é tempestivo e próprio, e portanto dele conheço.

2.2 MÉRITO

O Sindicato requerente não trouxe nenhum novo argumento na interposição deste recurso a ensejar nova análise, que já não esteja contida na decisão monocrática proferida.

Por esta razão, mantenho a decisão monocrática pelos fundamentos já transcritos.

Brasília, 13 de março de 2012.

Esse Documento foi Assinado Eletronicamente por NEY JOSÉ DE FREITAS em 09 de Março de 2012 às 15:27:15



Assinado eletronicamente por: **Processo Judicial Eletronico PJe 1.4.3**

28/03/2014 00:00:00

Processo Judicial Eletronico PJe 1.4.3

29/03/2014 00:00:00

Processo Judicial Eletronico PJe 1.4.3

29/03/2014 00:00:00

Processo Judicial Eletronico PJe 1.4.3

30/03/2014 00:00:00

Processo Judicial Eletronico PJe 1.4.3

30/03/2014 00:00:00

Processo Judicial Eletronico PJe 1.4.3

28/03/2014 00:00:00

<https://www.cnj.jus.br:443/pjecnj/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

ID do documento: **763680**



120327110654000000000000762972